

## HISTORIANDO A EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA ATRAVÉS DA ESCOLA FAZENDA PONTAL -1933 A 1945.

Cristiane Angélica Ribeiro

Eixo-1 - Políticas educacionais e movimentos sociais

Este trabalho tem o objetivo de historiar a Educação Rural no município de Uberlândia através da escola da fazenda Pontal, no período de 1933 a 1945. Além de analisar a importância que a escola da fazenda Pontal - Uberlândia teve na formação e preparação das pessoas, haja vista que esta fazenda possuía uma posição de destaque econômico no município. Para contemplar esse objetivos, percorre-se os fatos relevantes da história da educação durante o período republicano e o Estado Novo.

### BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO DE 1890-1930

Durante a Primeira República de 1890 a 1930, especialmente 1920 houve várias transformações nos setores: político, econômico e social. Essas transformações refletiram na Educação, incutindo na sociedade um discurso de desanalfabetização da população brasileira, levando-os a acreditar que o país só alcançaria o progresso se combatesse o analfabetismo existente, sendo este visto como obstáculo para o desenvolvimento do Brasil.

No setor político, a consolidação da República institui o sistema federativo, ou seja, a concessão de autonomia aos Estados membros da união, prevalece também o poder dos municípios, os quais são estruturados nos coronéis, sendo este último a base do processo político. Com a ampliação do poder local forma-se as oligarquias, as quais originam a Política dos governadores ou Política Café com Leite; (rodízio do poder de Minas Gerais e São Paulo). No final da Primeira República São Paulo rompe com o acordo estabelecido com Minas Gerais, e através dessa insatisfação nasce a Aliança Liberal que apresenta como candidato à presidência o gaúcho Getúlio Vargas.

As transformações econômicas e sociais da Primeira República são interrelacionadas com o poder exercido pelas oligarquias, NAGLE, 1974, p.12 descreve... “uma série de acontecimentos ligados aos processos de produção e comercialização do café”. Para sustentar a hegemonia da Política do Café com Leite, o Estado formaliza um

acordo denominado Convênio de Taubaté em 1906... “para o fim de valorizar o café, regular o comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação da caixa, fixando o valor da moeda” NAGLE, 1974, p.12. A partir desse convênio o “Estado Liberal Brasileiro” – liberdade econômica - implantado pela República vai gradativamente se fixando como Estado intervencionista.

A crise que os cafeicultores enfrenta de superprodução interna, devido à concorrência externa, favorece a industrialização no país. Investir no café é algo instável, por isso os produtores de café começam a transferir a partir de 1910 seus investimentos para indústria. A industrialização está diretamente ligada ao processo de desenvolvimento capitalista refletindo no setor social.

Sendo o último decênio da Primeira República ... “a fase de instalação do capitalismo no Brasil e, portanto um período intermediário entre o sistema agrário comercial e o urbano industrial” NAGLE, 1974, p. 12. A urbanização gera conflito entre duas ideologias: ruralismo e urbanismo. São os valores de um país essencialmente agrário se chocando com novos valores do capitalismo: desenvolvimento e progresso.

O setor social é caracterizado pela industrialização e urbanização, assim na sociedade brasileira “vai desaparecendo o modo de ordenação consolidado durante o império, o qual segundo NAGLE, 1974, p.26 se resumia no binômio senhor – escravo”. O desenvolvimento do capitalismo nesse período propicia a divisão social do trabalho, exigindo de forma gradativa a especialização das funções exercidas na indústria, bem como a estratificação social. Fato que organiza a população brasileira em classes sociais como: burguesia comercial e industrial, classes médias urbanas e proletariado industrial

Ao apresentar as transformações dos setores político, econômico e social, tendo como referencial teórico NAGLE, 1974, que defende, a educação e sociedade são interdependentes , questiona-se qual a função desempenhada pelo ensino rural nesse período? NAGLE, 1974, explica que a educação republicana deve ser compreendida a partir, dos seguintes movimentos: Entusiasmo pela educação, Otimismo Pedagógico<sup>1</sup>.

Pode-se entender o Entusiasmo pela educação como a preocupação em alfabetizar as grandes camadas populares, a fim de atender as necessidades da nova sociedade brasileira rumo ao progresso. Com isso, propõe-se a disseminação das instituições escolares, visando aumentar a escolarização para formar o cidadão de maneira cívica e

---

<sup>1</sup> Neste projeto é importantes destacar alguns momentos da história da educação no período republicano assim como enfatizar o Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico, visto que eles serão retomados durante o Estado Novo- 1931 a 1945

moral. A outra face do Entusiasmo pela educação reflete os interesses políticos e religiosos, o primeiro trata da disseminação da escola primária com o objetivo de adquirir direitos políticos e aumentar o número de eleitores e a segunda defende a instrução religiosa ou “doutrinação” em outras palavras “... a ausência da instrução religiosa representa a principal causa dos males que afligem a nação.” NAGLE, 1974, p. 105.

PAIVA, 1987, p.27 relata que o Entusiasmo pela Educação possui características de cunho quantitativo, tendo como principal objetivo disseminar o ensino primário e expulsar do Brasil de forma instantânea o analfabetismo, sem preocupar-se com a qualidade do ensino, dessa forma predomina nestas escolas a atuação de profissionais leigos. Ainda segundo a autora .... “a educação começa a ser percebida como o principal problema nacional que, uma vez resolvido, conduziria a solução dos demais” PAIVA, 1987, p.28. Tal atitude transfere para a educação a responsabilidade do país com a economia e os problemas sociais, sendo também a gênese do preconceito contra o analfabeto, além de reclamar a importância de universalizar a educação elementar.

Outro movimento educacional que desenvolve durante a Primeira República, é denominado por NAGLE, 1974, de “Otimismo Pedagógico” em prol das almeçadas “transformações” das escolas brasileiras, em especial na década de vinte, identifica-se preocupações práticas em direção a qualidade do ensino, tais como formulação do programa escolar, preparação do professorado e dos “técnicos da educação”. Para PAIVA, 1987, p.30 o principal desafio enfrentado pelo “Otimismo Pedagógico” foi encontrar profissionais aptos para auxiliar na difusão do ensino de qualidade, haja vista que a maioria das pessoas que atuavam na educação brasileira eram leigas. Ainda sobre esse movimento PAIVA, 1987, p.30 destaca que ao centrar-se apenas na tecnificação pedagógica, a educação desvincula-se das reflexões da realidade social do país e assim passa a funcionar como ferramenta para difundir o poder socio-econômico e político vigente.

Essas iniciativas coincidiram com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 por Heitor Lira, com o objetivo de “... institucionalizar a discussão dos problemas da escolarização, em âmbito nacional.” NAGLE, 1974, p. 123. Assim organizaram-se em torno de si figuras importantes entre os educadores, políticos, intelectuais e jornalistas. As ações da ABE refletem em cursos, palestras, reuniões, inquéritos, semanas e conferências principalmente nacional de educação; Por meio dessas atividades as preocupações com os problemas educacionais alastraram-se.

Percebe-se que através das transformações histórico-sociais, o setor cultural (Entusiasmo educacional e o Otimismo Pedagógico), na última década da Primeira

República assume posição de destaque. Propaga-se discursos de que a escolarização deve difundir-se amplamente, a partir de várias iniciativas e reformas dos governos estaduais e federal, porém estas não ocorrerem de maneira homogênea em todo o país.

Dentre as várias reformas que houve no país podemos citar a Eptácio Pessoa de 1901, propondo manter o exame de madureza, além de sugerir a implantação do regime seriado (ginasial), em substituição aos exames parcelados de preparatórios e a equiparação generalizada em que o Colégio Nacional assume a função modeladora dos estabelecimentos secundários públicos e particulares; sendo esta última a única que vigorou.

A Reforma João Luís Alves de 1925, reorganiza diversos aspectos do sistema escolar brasileiro interessantes ao ensino primário, secundário, superior e a administração escolar. Além de preocupar-se com questão da Universidade do Rio de Janeiro, da intervenção da União no ensino primário, da criação do Departamento Nacional do Ensino e da reorganização do ensino superior e do ensino secundário.

Já a reforma Maximiliano de 1915 institui a autonomia relativa e reintegra ao Colégio Pedro II sua função de estabelecimento modelo; mantêm o exame vestibular além de conservar a equiparação e restaurar os exames preparatórios. Essa reforma vigora de 1915 a 1925 gerando insatisfação no meio intelectual do país, uma vez que ela estabelece uma dualidade no regime de ensino secundário

(...) o seriado, para os alunos do Colégio Pedro II e dos ginásios equiparados e o parcelado para os alunos dos estabelecimentos particulares... reduzindo o ensino secundário a simples curso de passagem para o ensino superior. NAGLE, 1974, p. 145 e146.

A partir, da Reforma Rivadávia de 1911 tenta-se propiciar autonomia ao ensino superior, porém as medidas não obtêm resultados satisfatórios pois estimulam uma disseminação de escolas superiores, o que infringe a tradição de ver esse grau de ensino pertencer apenas as elites.

As iniciativas e reformas dos Estados e do Distrito Federal tem uma posição progressista, reforçando e remodelando os sistemas escolares. Os padrões de ensino das escolas secundárias e superiores não sofrem alterações, uma vez que os Estados mais progressistas no campo educacional são os mesmos que sustentam a “Política dos Governadores”. Desse modo as alterações processadas não obtêm bons resultados.

Porém, alguns Estados embalados através dos movimentos: Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico, encontram possibilidades para concretizar na última

década da Primeira República as idéias disseminadas por meio dos discursos progressistas de combate ao analfabetismo e o investimento na qualidade, os quais com escolarização eliminam todos os males brasileiros. Segue-se assim, algumas reformas que foram realizadas em alguns Estados como: São Paulo, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e no Distrito Federal, visando reestruturar o ensino brasileiro.

A reforma Samapio Dória realizada em 1920 no Estado de São Paulo possui o “... ideário de republicanização da República de sua democratização, de elevação intelectual e moral das amplas camadas da população, de formação da consciência cívico-patriótica”. NAGLE, 1974, p. 192. A partir, desse referencial a reforma paulista pretende universalizar em pouco tempo o ensino primário, embora essa reforma fosse parte das preocupações com a qualidade do ensino, a escolha adotada para esse fim contrariava o referido objetivo, a medida que planejava reduzir o tempo de duração do ensino ministrado. PAIVA, 1987, p.103 acrescenta que a igualdade de oportunidades na difusão do ensino é importante, sem desconsiderar a qualidade do mesmo.

Quanto à reforma cearense de 1923, esta apresenta características da tecnificação pedagógica, tendo como responsável Loureço Filho, além de determinar que a fiscalização fica na responsabilidade de cada município por um “Conselho Municipal”, o que ocorre também na reforma mineira e baiana. É considerada diferente da reforma paulista, porque não existe no Estado nordestino pessoas qualificadas para auxiliar nesse empreendimento, nem órgão definido da administração escolar. Em relação a administração escolar, a reforma cearense visa substituir a antiga Inspeção da instrução, por uma mais geral com repartições destinadas a superintender a administração do ensino primário.

A reforma baiana é realizada em 1925 por Anísio Teixeira, sendo vista como à reforma mais importante do movimento reformista. Ela aparece como:

“coroamento de um processo de estruturação dos sistemas escolares estaduais; onde se incorpora um plano quase exclusivo de legislação, num aspecto de orientação que vem se desenvolvendo desde o início da última década da Primeira República.” NAGLE, 1974, p. 194.

Tal reforma também consolida as normas já estabelecidas, sendo que “... deve ser percebida fundamentalmente como a mais ampla e minuciosa estrutura jurídica montada para servir à escolarização.” NAGLE, 1974, p. 194. Com o objetivo de melhorar a administração escolar, a reforma baiana monta um Conselho Superior de Ensino. De acordo com PAIVA, 1987, p.106 a reforma baiana, ainda enfatiza a “escola primária integral” no lugar da “escola desanalfabetizadora”, respeitando os ideais da Escola nova.

A reforma mineira de 1927/28 assim como a reforma baiana desenvolve as idéias propostas pela Escola Nova. Enquanto, a Reforma pernambucana de 1928/29 é tardia, sendo realizado por Carneiro Leão, que traça normas para o ensino primário, normal e os demais níveis de ensino, no sentido da introduzir o escolanovismo nos sistemas escolares estaduais.

A reforma da instrução pública de 1928 no Distrito Federal tem como responsável Fernando de Azevedo. Essa reforma possui uma diferenciação em relação as demais: procura adaptar todo seu aparelho educacional aos ideais tanto pedagógicos como de natureza social da Escola Nova, além de criar Conselho de Educação. Apesar, da reforma do Distrito Federal dentre as reformas estaduais ser a mais radical, PAIVA 1987, p.105 informa que este sistema de ensino possui apenas dois prédios escolares e pouca ou quase nenhuma organização do sistema escolar elementar.

As reformas e iniciativas do Distrito Federal e dos Estados, em relação a organização administrativa e técnica, tem como função o combate ao analfabetismo criando condições necessárias para a expansão da escola primária para toda população em idade escolar.

A reforma Sampaio Dória (reforma paulista) é uma das mais incompreendidas do ensino na última década da Primeira República. Esta prioriza os princípios de natureza democrático e republicano, sofrendo um impacto violento de críticas.

A reforma cearense é uma reação contrária às normas do ensino primário paulista, seus programas são voltados para as ciências físico-naturais, tendo como propósito abolir os efeitos de escola alfabetizante. A reforma baiana é próxima dessa cearense no sentido de seus ideais, despertar nos meninos hábitos de raciocínio e observação. Defende-se nessa reforma a escola primária: única, gratuita e obrigatória.

Na reforma do Distrito Federal, encontrou-se a mais complexa e mais rica em princípios doutrinários para a escola primária, sendo percebida como instituição social que desempenha na sociedade sua função; respeitando os diferentes padrões de cultura de locais.

Apesar, de todas as reformas e iniciativas desenvolvidas durante a Primeira República em busca do progresso educacional, este continua sem um sistema nacional de ensino. Pois o ensino primário, normal e profissional são de responsabilidade dos Estados enquanto que o ensino secundário e superior são da União, assim cada Estado ministra o ensino primário de acordo com suas possibilidades, sem a preocupação de respeitar um currículo homogêneo em todo o país.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DE 1930-1945.

Após um breve relato da educação durante o período republicano podemos perceber que não houve iniciativas de nível nacional para regulamentação do ensino primário. Em 1931, o ministro da Educação e Saúde Pública, “baixa um conjunto de seis decretos, conhecidos como reforma Francisco campos.” SAVIANI, 2004, p.31

Embora a reforma Francisco Campos represente um avanço em direção a organização do sistema nacional de ensino, ela também contribui com a perpetuação do dualismo presente na educação brasileira (ensino primário e profissional para as classes populares e o ensino superior para as elites), ao passo que deixa o ensino primário e profissional marginalizados.

Outro, fato educacional relevante nesse período é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que reclama: a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, além de iniciar algumas diretrizes do “Plano de reconstrução educacional”. Segundo SAVIANI, 2004, p.33 o Manifesto dos Pioneiros Educação da Nova, pode ser considerado um legado da educação do século XX.

A partir do referencial político, o período de 1930-1945 pode ser dividido em dois momentos distintos, Segunda Republica e Estado Novo após o golpe de 1937, respectivamente o primeiro caracteriza-se pelos ideais democráticos-liberais, enquanto o segundo pelo autoritarismo. Tais transformações refletem na educação brasileira.

Assim, o regime autoritário passa a exigir do grupo renovador um posicionamento político, e com isso esse grupo entra em decadência, mantendo-se apenas os técnicos favoráveis ao Estado Novo.

Nesse contexto, PAIVA, 1987, p.115 destaca que apesar das mudanças providas pelo regime, continua o interesse pelo ensino rural e pelo ensino técnico, com a finalidade de resolver as “dificuldade social” .

### A ESCOLA DA FAZENDA PONTAL

No município de Uberlândia está presente a realidade rural, em que sua economia fica estruturada em bases agrícolas, pastoris e comerciais. Desse modo o município possui diversas propriedades, as quais constituem as fazendas,

Essas propriedades agrícolas pertencem aos criadores e agricultores que cuidam dos trabalhos rurais. Nas terras de cultura tratam-se de todas as lavouras de plantação e nos campos a criação de gados, formando a indústria propriamente pastoril. As fazendas do município ficam nas zonas da bacia do rio das Velhas. De leste para o oeste ficam as fazendas denominadas: Rocinha, Registro, São Francisco, Letreiro, Pombo, Olhos D'água, Lage, Tenda, Marimbondo, Buriti, Sobradinho, Mata Dos Dias e Pontal. Nas zonas centrais, na Bacia do Rio Uberabinha, partindo da nascente para oeste, ficam: Irara, Sucupira, Harmonia, Bom Jardim, Campo Alegre, Óleo, Capim Branco, Machados, Martins e Rio Das Pedras. Ainda nas mesmas zonas ficam Palmas e Babilônia, na bacia desse rio. Nas zonas campestres, do sul, na bacia do rio Tijuco, partindo da sua nascente oeste, estão as fazendas Água Limpa, Estiva, Lageado, Paraízo, Panga, Douradinho e Barra. Dentro dessas fazendas ficam os sítios, que são pequenas propriedades, com outras denominações ARANTES, 1938, p.42.

Neste contexto a fazenda Pontal, localiza-se no distrito de Martinópolis, na extremidade do município, onde este se divide com a cidade de Araguari, pelo norte, com a de Tupaciguara a leste, separado pelo rio Uberabinha<sup>2</sup>.

Pontal é a mais importante fazenda do nosso grande município, já pela fertilidade de suas terras [...] já pelo seu imenso trabalho agrícola, desenvolvido em mais de 2/3 das terras, que ocupam uma área aproximadamente de 500 alqueires. Em 1933 a sua safra de arrôis foi superior a 15 mil sacas, produzindo também os seus extensos cafés, formados por 144 mil pés a quantidade considerável de 5200 arrobas de café de primeira qualidade, dando ainda uma grande produção dos demais produtos concernentes à lavoura. Tem ainda como complemento da sua capacidade de trabalho, uma importante serraria, movida a vapor, onde as gigantescas tóras do tronco primitivo, se transformam no madeiro cheiroso, sobre o impulso das serras possantes e ligeiras. Sustenta a serraria do Pontal um grande depósito de madeiras na cidade, que fornece aos construtores, madeira de primeira qualidade, [...] Habita a fazenda do Pontal, uma população superior a 1400 almas. Jornal A Escola Rural, 1933, p.04

---

<sup>2</sup> Jornal "A Escola Rural". Ano I, Num. 2. Uberlândia, 15 de Março de 1933.

Assim, percebe-se que esta fazenda possui uma importância relevante no contexto econômico do município. A fazenda Pontal tem uma escola que atende alunos da mesma e da região. Sua instalação foi em 12 de Agosto de 1933<sup>3</sup>. Segundo LIMA, 2004, até 1933 havia apenas 06 escolas rurais no município, sendo que a partir do ano seguinte observa-se uma expansão do mesmo, que em 1941 já conta com um total de 24 escolas rurais.



As duas fotografias são da escola da fazenda Pontal. De acordo com uma entrevista realizada com uma ex-aluno, a fotografia da esquerda é do início do funcionamento da escola, ele consegue distinguir por causa da casa de madeira, que posteriormente é reformada e passa a ser de alvenaria. Outra, entrevista que auxilia no desenvolvimento desse trabalho é de uma ex- professora do ensino rural que esclarece que um político influente do município de Uberlândia ao assumir o cargo de prefeito reforma várias escolas do ensino rural dentre elas a da fazenda Pontal, conforme as fotografias acima.

Observa-se, assim que o ensino rural no período acima exposto tem um desenvolvimento significativo, o que é compreensível pelas bases rurais do município. A população tem no campo sua subsistência, além disso, a ideologia nacional que perpassa tem na alfabetização a solução para formar a identidade nacional brasileira, bem como elevar a nação rumo ao progresso.

Desse modo, faz-se importante o estudo da realidade escolar campesina do período em apreço, por constituir-se num espaço predominante na educação do município. Sendo que a possível (re) construção da história da escola da fazenda Pontal pode ajudar a elucidar a realidade da educação do município nesse período destinada na maioria das vezes à classe popular. Por meio dessa escola pode-se conhecer a trajetória e as representações sociais que perpassam este nível de ensino. Nesse sentido, pesquisar a

<sup>3</sup> ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia, 1ª edição, Pavan, 1938.

história da escola da fazenda Pontal significa recuperar a educação de um nível de ensino que foi e continua sendo uma parte marginal na sociedade brasileira.